

# BALANÇO DE 2021 E TENDÊNCIAS PARA 2022

**Depois de um ano pouco ambicioso a nível ambiental - e mesmo com alguns sinais preocupantes em Portugal e a nível internacional, a ANP|WWF espera que se consiga reencontrar o caminho iniciado com o lançamento do Pacto Ecológico Europeu em 2019.**

O ano que agora acaba traz um sabor agridoce: se por um lado foram aprovadas a Lei do Clima Europeia e a Lei de Bases do Clima Nacional, por outro lado, este avanço não é suficiente, para limitar o aquecimento global em 1.5°C.

A corrida ao Lítio em Portugal iniciou-se com o pé esquerdo e, por isso, é fundamental que em 2022 os políticos portugueses corrijam esta trajetória e garantam que a exploração do lítio seja credível, responsável e que minimize o mais possível os impactos ambientais.

Passou mais um ano e a obsessão do Governo com a construção do Aeroporto do Montijo mantém-se.

Em 2022, espera-se que Portugal e os restantes Estados-membros tornem a nossa agricultura mais amiga do ambiente, ponham ação nos Planos Estratégicos Nacionais da PAC agora aprovados para 2023-2027, contribuindo para uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis. A Comissão Europeia apresentou pela primeira vez em 2021 uma lei contra a desflorestação, e em 2022 iniciam-se as negociações para a adoção e definição das medidas de implementação desta lei pelos Estados-membros da UE.

O próximo ano será marcado pela Conferência dos Oceanos das Nações Unidas que terá lugar em Lisboa. Portugal deverá querer marcar a diferença no que à proteção dos Oceanos, e assim esperamos que lance em breve a discussão sobre o Plano de Ação Nacional para a Gestão e Conservação de Tubarões e Raias que é desejável que esteja finalizado por altura do início deste encontro.



Em seguida, como é habitual, a ANP|WWF faz um balanço e avaliação do que foi de mais positivo e negativo a nível ambiental em Portugal e no mundo e aponta as principais tendências e desafios da agenda climática para 2022, terminando com uma apresentação dos principais projetos que levará a cabo no ano que aí vem.

Ângela Morgado, Diretora Executiva da ANP|WWF

**1. Uma lei Europeia do Clima pouco ambiciosa:** Portugal e os restantes Estados-membros da UE não foram capazes de incorporar o objetivo de redução de emissões de gases com efeito de estufa em 65% até 2030, colocando em causa o cumprimento da meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius ou bem abaixo dos 2 graus, em relação aos valores pré-industriais.

**2. Tentativa de “lavagem verde” sobre a mineração:** Portugal decidiu promover durante a Presidência do Conselho da União Europeia uma conferência dedicada à mineração, denominando-a “green mining”, um conceito e apenas sustentado por Portugal, tendo sido acusado por vários quadrantes da sociedade como uma tentativa de “lavagem verde” aos processos de mineração em Portugal.

**3. Entrada com o “pé esquerdo” na corrida ao Lítio em Portugal:** A corrida ao “ouro branco” tem levantado preocupações e protestos de todo o lado, desde a criação de uma lei de mineração que coloca em causa áreas protegidas e a transparência dos processos, até alertas de comunidades e autarquias locais sobre os impactos ambientais que os futuros projectos de exploração de lítio em Portugal poderão causar nas respectivas regiões, continua a não ser claro como irá a cadeia de exploração do Lítio respeitar regras rigorosas de preservação ambiental.

**4. A obsessão com um aeroporto situado no Montijo:** Com a caducidade da declaração de impacto ambiental para o Campo de Tiro de Alcochete, o Governo pretende avançar a todo o custo com o Montijo. As opções aeroportuárias devem ser sustentadas numa verdadeira Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), sem serem determinadas *a priori* e aquela deverá informar um Plano Aeroportuário Nacional, ainda inexistente. Se esta AAE determinar a necessidade de construção de um novo aeroporto, este deverá ter ligação ferroviária.

**5. Investimento de 120M€ em mais uma barragem:** Portugal também não fica bem na fotografia no que toca ao Plano de Recuperação e Resiliência nacional ao alocar 120 milhões de euros à construção do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, também conhecido como Barragem do Pisão, no Alentejo. Este investimento contraria o compromisso da União Europeia em tornar livres de barreiras 25 mil km de rios e irá “alimentar” a expansão do regadio, com sérias consequências para os recursos hídricos, biodiversidade e solos e sobretudo para as pessoas.

**6. Um Plano Estratégico da PAC (PEPAC) que é mais do mesmo:** elaborado sem participação de todas as partes interessadas, no segredo dos gabinetes, e com graves insuficiências e incoerências, o PEPAC tem gerado contestação na sociedade civil, motivando a criação da Coligação Cívica - Participar no PEPAC. As falhas são muito graves: desde um diagnóstico que não tem em conta o mais recente Recenseamento Agrícola, à definição de necessidades sem ligação lógica com a análise SWOT, à ausência de consultas adequadas (e obrigatórias por lei!) a outras áreas governativas imprescindíveis, à não publicação da respetiva AAE e avaliação *ex-ante*, o PEPAC perpetua os impactos da agricultura na natureza.

NEGATIVO

POSITIVO

## COMO FOI 2021?

**1. Uma Lei de Bases do Clima e fim do Carvão em Portugal:** Portugal é um dos 19 países europeus a ter já definida uma lei nacional do clima. Entre os pontos positivos destaca-se a intenção de Portugal de antecipar o objectivo de neutralidade climática para 2045 e a decisão de deixar de usar carvão na produção de eletricidade, graças ao fim da Central Termoelectrica do Pego. No entanto, é preocupante saber que uma das soluções para viabilizar esta central é o recurso à queima de biomassa, uma solução ineficiente e contraditória com os objectivos de retenção do carbono na floresta e no solo e que não se traduz numa significativa mais-valia face a outras soluções de mitigação climática.

**2. Um desfecho aquém do desejável na COP 26, mas todas as metas futuras apontam agora para os 1,5°C:** A expectativa para a COP26 era grande embora o texto acordado esteja longe de ser perfeito. Os líderes mundiais tiveram de fazer progressos na resolução de três grandes lacunas: nas metas para reduzir as emissões, nas regras para cumprir e monitorizar o progresso, e no financiamento da ação climática. O texto final reconhece o papel crítico da natureza na realização do objectivo de 1,5°C, encorajando os governos a incorporar a natureza nos seus planos climáticos nacionais, e estabelece um diálogo anual sobre a mitigação baseada nos oceanos.

**3. Portugal poderá avançar com Plano de Ação Nacional para a Gestão e Conservação de Tubarões e Raias:** A ANP|WWF lançou este ano a [primeira avaliação](#) sobre tubarões e raias no mar português. Portugal está em 3.º lugar dos países europeus que mais capturam tubarão e raia; cerca de metade destas espécies estão ameaçadas e até 1,5 milhões destes animais são capturados anualmente em Portugal. A ANP|WWF apelou ao governo para avançar com um Plano de Ação Nacional para a Gestão e Conservação de Tubarões e Raias, proposta que foi bem acolhida e que poderá avançar em breve.

**4. Vem aí uma lei europeia contra a Desflorestação:** Em 2020 mais de um milhão de europeus pediram legislação contra a desflorestação. Um ano depois a Comissão Europeia deu ouvidos aos cidadãos e propôs novas regras para travar a desflorestação provocada pela União Europeia. Exigir que todos os produtos que entram no mercado da UE sejam genuinamente sustentáveis (isto é, livres de desflorestação e degradação de habitats) e que todos os produtos devem ser rastreáveis até ao seu local de origem, ou seja, onde foram produzidos ou colhidos, são alguns dos elementos deste texto. Paralelamente, é muito positiva a declaração feita em Glasgow, durante a COP26, por mais de 100 países, incluindo Portugal, de proteger e restaurar as florestas e aumentar o financiamento para esta missão.

**5. Criação do primeiro comité de cogestão em Pescas para o percebe da Berlenga:** A iniciativa, única em Portugal, marca o ponto de partida de processos participativos da gestão dos recursos vivos marinhos e envolve cerca de 40 mariscadores, organizações não-governamentais, cientistas e entidades públicas. Este é o culminar de todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos, que envolveu investigadores e autoridades, e sobretudo mariscadores que se uniram em torno da preservação desta espécie e da atividade em si e que irá resultar numa mudança de paradigma na gestão dos recursos marinhos. Como próximos passos, este comité irá desenvolver, aprovar e acompanhar o plano de gestão da apanha baseado na monitorização continuada do recurso e da pesca.

**6. Criação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR):** Foi este ano promulgado o Decreto-lei que estabelece o SGIFR e as suas regras de funcionamento. Este Sistema é fundamental para garantir as normas e processos de articulação institucional na gestão integrada do fogo rural, de organização e de intervenção, relativas ao planeamento, preparação, prevenção, pré-supressão, supressão e socorro e pós-evento, a levar a cabo pelas entidades públicas relevantes e por entidades privadas com intervenção em solo rústico ou solo urbano para garantir que os fogos catastróficos de 2017 não se repetem.

# DE OLHO NA AGENDA AMBIENTAL EM 2022

## IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DO CLIMA NACIONAL

Após a aprovação da Lei de Bases do Clima, espera-se que em 2022 seja possível perceber até que ponto o Governo e o Parlamento estão dispostos a colocar em prática as orientações para a política climática portuguesa. A lei estabelece que o parlamento aprovará numa base quinquenal e num horizonte de 30 anos metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito de estufa, e que todas as medidas legislativas e investimentos públicos de maior envergadura sejam avaliados tendo em conta os riscos associados às alterações climáticas.

## PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PEPAC)

Depois da aprovação da PAC, que não serve os compromissos assumidos com o Pacto Ecológico Europeu, Portugal e os restantes Estados-Membros da UE têm uma última oportunidade de tornarem a próxima política agrícola europeia que irá vigorar entre 2023-2027 mais sustentável, através da apresentação dos seus Planos Estratégicos da PAC. Iremos acompanhar as negociações entre Portugal e a Comissão Europeia para tornar este processo mais participativo, e garantir que Portugal entrega uma Plano Estratégico que esteja alinhado com os princípios do “Green Deal”. Queremos uma PAC mais ambiciosa em termos ambientais e climáticos, que incorpore a ambição das Estratégias europeias Do Prado ao Prato e da Biodiversidade 2030, contribuindo para uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis.

## 2022 SERÁ O ANO DOS OCEANOS?

Em 2022 esperam-se medidas de relevo a nível nacional e internacional para a mitigação das alterações climáticas baseadas nos Oceanos. Em Fevereiro de 2022, espera-se que durante a 5.ª reunião da Assembleia Ambiental das Nações Unidas se aprove um mandato para as negociações de um novo Tratado da Poluição por Plásticos nos Oceanos, e em que Portugal tenha um papel de promotor de consensos entre vários países, como os PALOP, para encontrar pontos comuns para o futuro tratado. A nível nacional, Portugal deve promover a discussão pública de um Plano de Ação Nacional para a Gestão e Conservação de Tubarões e Raias e que se espera que esteja avançado por altura da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em junho de 2022.

## EXPLORAÇÃO DA CORRIDA DO LÍTIO EM PORTUGAL

A corrida ao lítio em Portugal irá implicar desenvolvimentos relevantes já no início de 2022, tornando-se público qual a integração dos contributos enviados durante a consulta pública ao EIA da Mina de Lítio no Barroso, em Boticas. Também serão públicos os resultados da consulta pública para as oito áreas que estão sob avaliação para integrar o concurso público internacional para prospeção e pesquisa de lítio em Portugal. Vamos estar atentos a estes processos, identificando riscos e impactos, procurando impedir a mineração dentro ou na proximidade de áreas de conservação, salvaguardar medidas compensatórias e justas para as comunidades locais, e garantir a mitigação de impactos ambientais nas zonas envolventes.

## LINHAS VERMELHAS DO PRR

Continuamos a contestar por todos os meios possíveis o elevado investimento de mais de 120M€ na barragem do Pisão, no Alentejo, um investimento que deverá ser revisto a tempo de se encontrarem outras alternativas que já existem de gestão de água na região. Os investimentos na “economia azul” previstos no PRR também serão alvo de monitorização, num ano em que se espera que a moratória internacional à mineração em mar profundo se torne mais consensual e apoiada internacionalmente, sendo fundamental clarificar qual o propósito dos investimentos na investigação e prospecção de minérios no Oceano Atlântico por parte de Portugal.

## LEI DA DESFLORESTAÇÃO

A nível europeu a ANP|WWF, com o suporte do seu escritório europeu - o European Policy Office - continuará a monitorizar o desenvolvimento de políticas relevantes para o combate às alterações climáticas. A nova lei da desflorestação proposta em novembro pela Comissão Europeia pretende que os Estados-membros da UE assumam regras que garantam que os produtos que os cidadãos europeus comprem, utilizam e consomem no mercado da UE não contribuem para a desflorestação e degradação das florestas a nível mundial. Estão a ser feitas diligências para que Portugal, que é responsável pela desflorestação de mais de 7.200 km<sup>2</sup> por ano, seja um dos Países apoiantes desta nova lei que deverá ser discutida nos primeiros meses de 2022 pelos restantes Estados-membros.

## PACOTE FIT FOR 55

Depois de alguma decepção em relação aos resultados da Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas, a COP26, a Europa e Portugal têm uma derradeira oportunidade através do pacote legislativo 'Fit for 55' para irem além da meta de redução de emissões de CO2 demasiado baixa de 55% - de acordo com a ciência, é necessária uma redução de 65% das emissões brutas até 2030 - e introduzir uma mudança no sistema que direciona a Europa rumo à neutralidade climática. O pacote irá centrar-se no sistema europeu de comércio de emissões (ETS), e a ANP|WWF defende que se deve baixar a quantidade máxima de licenças de emissão e evitar a criação de um excedente na década de 2020, pelo que entre outras medidas apoiamos a eliminação de 350 milhões de licenças de emissão a partir de 2023.

## REMOÇÃO DE BARREIRAS FLUVIAIS OBSOLETAS EM PORTUGAL

A Europa está focada em retirar barragens e outros obstáculos ao livre curso dos rios, e a ANP|WWF irá direcionar os seus esforços para que Portugal acompanhe o exemplo dos restantes países da UE no restauro fluvial. Em 2022 a ANP|WWF irá acompanhar e participar nas consultas públicas dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica do Douro, Tejo e Guadiana, procurando que sejam assumidos objetivos quantificados de restauro fluvial, e sempre que possível viabilizada a remoção de barreiras fluviais obsoletas nestas e noutras bacias.

## JOVENS E CIDADANIA ATIVA

Ao longo dos últimos anos os jovens têm demonstrado a sua voz com sede de ser ouvida e aplicada nas grandes decisões políticas. O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, defende e prioriza a inclusão dos jovens nas tomadas de decisão. A inclusão dos jovens no nosso trabalho permite-nos ainda compreender as suas visões do mundo e avaliar as tendências que estão para vir, e pontos fulcrais a integrar nos nossos projetos e objetivos.



## NOVO AEROPORTO PARA A REGIÃO DE LISBOA

A ANP|WWF e outras 7 ONGAs têm defendido que a Declaração de Impacto Ambiental do aeroporto do Montijo não cumpre a lei, e que esta exige que a localização de um novo aeroporto tem de ser ponderada no contexto de uma AAE, em que sejam avaliadas a necessidade do mesmo e as várias opções possíveis. Independentemente do actual Governo tudo fazer para tornar o Montijo como a "única opção possível", a ANP|WWF irá centrar as suas ações em 2022 para salvaguardar que o processo de decisão seja o mais transparente possível e cumpra as regras exigidas.

## ESTUÁRIO DO TEJO

Depois da assinatura da Carta de Direitos e Deveres para o Estuário do Tejo, lançado pelos Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, e o ex-vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Lisboa, José Sá Fernandes, espera-se que 2022 seja o ano de mais conhecimento, monitorização e proteção do Estuário do Tejo, tão importante para o maior aglomerado urbano nacional. A ANP|WWF quer fazer parte deste movimento e para isso irá lançar um Relatório sobre as condições ambientais do estuário ao longo das últimas décadas, relacionando-as com a visita de espécies emblemáticas como os golfinhos, e envolver os principais utilizadores do estuário e as populações ribeirinhas na proteção desta área natural emblemática.

## COMEÇA A DÉCADA DA ONU DO RESTAURO DE ECOSISTEMAS

Começou oficialmente a Década da ONU do Restauro de Ecossistemas, que tem como objetivo inspirar e apoiar todos os interessados - de governos, a empresas do setor privado, até jovens, povos indígenas e agricultores- para colaborar, desenvolver e catalisar iniciativas de restauro em todo o mundo. O restauro de ecossistemas vai além da proteção dos recursos do planeta, procurando recuperar ecossistemas destruídos ou degradados, e permitirá criar milhões de novos empregos até 2030, gerar retornos de mais de 7 mil bilhões de dólares todos os anos e ajudar a eliminar a pobreza e a fome.

# PROJETOS ANP|WWF PARA 2022

## RECONNECTING IBERIAN RIVERS

Este é um projeto centrado nas bacias do Douro, Tejo e Guadiana, onde a ANP|WWF irá trabalhar na revisão e proposta de novos regimes de caudais ecológicos tendo em conta os impactos ibéricos das alterações climáticas, na compatibilização transfronteiriça de usos e volumes de água, na criação e difusão de uma mensagem ibérica comum, e na proposta de troços prioritários para restauro fluvial.

## EAT4CHANGE

Vamos mobilizar vários atores para cadeias de distribuição livres de desflorestação, incluindo jovens e empresas, e vamos produzir orientações alimentares saudáveis e sustentáveis para Portugal.

## GENERATION EARTH

A 2.<sup>a</sup> edição deste programa de capacitação de jovens líderes ambientais vai ser dedicada ao tema das dietas sustentáveis, desafiando os jovens portugueses a contribuírem para novas soluções e maior consciencialização sobre os efeitos da pegada ecológica da nossa alimentação.

## IBERLINCE E IBERCOELHO

Vamos promover projectos de conservação do Lince Ibérico e do Coelho Bravo, envolvendo stakeholders de Portugal e Espanha para conseguir um alto grau de apoio social nas atividades de reintrodução e contribuir para a diminuição da taxa de mortalidade, aumentando assim o número de indivíduos destas duas espécies na natureza

## BIODIVAMP

Vamos lançar um manual para gestores de Áreas Marinhas Protegidas para contribuir para uma conservação marinha mais eficaz, e continuar a sensibilizar as pessoas para a importância das Áreas Marinhas Protegidas e da Conservação Marinha.

## GREEN HEART OF CORK

O mais antigo projecto da ANP|WWF em Portugal, focado no montado, cumpriu em 2021 o seu 10.<sup>o</sup> aniversário com o seu alargamento a uma nova região. Em 2022 vamos continuar a tentar promover a valoração e o pagamento dos serviços dos ecossistemas financiados por empresas interessadas em mitigar a sua pegada ambiental. Será ainda organizada em Lisboa uma conferência internacional no âmbito da nossa participação na Alliance for Mediterranean Nature & Culture para promover as paisagens culturais do Mediterrâneo.

## INICIATIVA TEJO

Vamos fazer um diagnóstico participado dos usos da água e seus impactos nos recursos hídricos do Tejo, e promover uma gestão partilhada da água com base no risco que empresas e populações enfrentam no acesso a este bem essencial à vida. Para tal será dinamizado um fórum participado pelas principais partes interessadas, promovidas ações de educação e sensibilização ambiental na região, e lançado projeto-piloto de redução da rega e da utilização de agroquímicos na Lezíria do Tejo.

## COGESTÃO DE PESCARIAS

Vamos continuar a trabalhar na implementação do 1.<sup>o</sup> comité de cogestão de pescaria em Portugal, apoiando e facilitando a aprovação e monitorização do plano de gestão para o percebe e sua apanha na Reserva Natural das Berlengas. Temos também um segundo projeto de cogestão de pescarias, agora com enfoque na pescaria do polvo do Algarve - o Participesca. Estamos a trabalhar com 14 associações representativas de mais de 700 pescadores para que haja uma gestão mais participada, colaborativa e sustentável. Vamos continuar o nosso trabalho de influência para a implementação do quadro legal da cogestão em Portugal.

## PLANTAR ÁGUA

Vamos continuar o restauro ecológico de áreas ardidas na serra Algarvia, monitorizando a biodiversidade, a água e outros indicadores de capital natural, e procurando criar novas parcerias para alargamento da área do projeto e alavancagem de iniciativas de restauro da serra à escala da paisagem.

## PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO - OCEANOS

Vamos lançar várias factsheets sobre a conservação de tubarões e raias; apoiar a implementação da Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas em Portugal e publicar documentos de posição sobre este tema; desenvolver recomendações sobre Pescarias de Baixo Impacto para influenciar a revisão da Política Comum de Pesca; participar na conferência dos Oceanos da ONU; vamos conhecer melhor o Estuário do Tejo e os golfinhos que o visitam; e começar a trabalhar sobre outra espécie emblemática dos nossos rios e mares.

## HERÓIS DO OCEANO

Um clube extra curricular que pretende trabalhar a literacia do oceano e a cidadania afetiva de 20 jovens de diferentes turmas do 7.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup> anos da Escola Anselmo de Andrade em Almada. Este clube, que começou em setembro de 2021 e terminará em junho de 2022, para além de sessões teóricas, terá uma componente de ATL praia e um ciclo de tertúlias para a comunidade escolar que deverá ser desenvolvido e moderado por estes jovens.

## INCÊNDIOS RURAIS

Em julho de 2022, como já é tradição, vamos publicar em parceria com a WWF Espanha um novo relatório sobre incêndios na península Ibérica. Para apoiar o fim da cogestão de baldios marcado para 2026, vamos trabalhar com a BALADI e o CEABN em proposta para revisão do regime florestal e como estes se podem preparar melhor para fazer face ao risco de incêndio.



ANP em associação com WWF

Autoria: ANP/WWF  
Produção e Edição: ANP/WWF - Portugal

Publicado em 2021 pela ANP|WWF – ANP em associação com a WWF. Qualquer reprodução integral ou parcial desta publicação deve mencionar o título e creditar os autores acima mencionados.

© Texto 2021 ANP. Todos os direitos reservados.

© 1986 Símbolo do Panda WWF – World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund)

ANP, em associação com a WWF  
Laboratórios Audax, Rua Adriano Correia de Oliveira, 4 A – Lab H3, 1600 – 312 Lisboa  
[www.natureza-portugal.org](http://www.natureza-portugal.org)